

CAPÍTULO 21

POBREZA, RIQUEZA E DESIGUALDADES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Jaciara de Santana

PHD em Ciências da Educação Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na
Universidade de Coimbra-Portugal
Doutora e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela
Universidade Católica do Salvador
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO

Este artigo visa levantar questões centrais sobre a riqueza, pobreza e desigualdades em São Francisco do Conde – BA, com o objetivo de demonstrar que em São Francisco do Conde, como no Brasil e na Bahia, o enigma da riqueza, da pobreza e da desigualdade, aparece com grande expressividade. Destaca-se que o município supracitado é detentor de uma grande riqueza natural (petróleo), porém sua população convive com indicadores sociais muito baixos em relação a municípios com arrecadação muito inferior às receitas que a prefeitura municipal de São Francisco do Conde dispõe. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local foi de 0,714 em 2000, superado por cidades como Madre de Deus por exemplo.

Palavras-chave: Pobreza; Riqueza; Desigualdades; São Francisco do Conde

INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão sobre a riqueza deve-se definir o termo com vistas a fomentar as discussões de forma coerente, posteriormente situar as riquezas naturais para em seguida fazer um recorte espacial de forma a trazer a discussão sobre riqueza em São Francisco do Conde para entender como ocorre o enigma de um município detentor do maior PIB *per capita* (R\$ 288.370,81) do país e seus moradores conviverem com índices de pobreza muito altos (55,5%) segundo o IBGE, 2000 e PNUD.

De certa forma, a complexidade existente em São Francisco do Conde também faz parte do enigma brasileiro, pois não se justifica que um país, segundo a mídia em geral e o IBGE (2010), classificado como a 8ª economia mundial, 13º em produção científica no mundo ser, segundo a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-2011), ocupam 88º em Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010). Cabe uma discussão nas agendas das academias e de inúmeros órgãos no âmbito municipal, estadual, federal, organismos internacionais e nas organizações não-governamentais (ONGs) interessadas no tema.

Conforme a SEI (2010) demonstra no caderno especial A Bahia em Números, edição – IV, o Brasil como oitava economia mundial participa dos “BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China, que despontam como países emergentes, na economia mundial, ancorados por suas grandes extensões territoriais, mercado interno e reservas naturais”. O BRICs foi o nome dado a estas economias mundiais pelo economista inglês Jim O’Neill, que criou o termo em 2001 para se referir ao conjunto dos quatro países com poder de dar cartadas no jogo econômico mundial, protagonismo crescente no cenário geopolítico e de baixo risco para os investidores mundiais (LUNA, 2010, p.18).

O Estado da Bahia, em 2008, segundo o IBGE, ocupa o 7º lugar no PIB total do Brasil e o 19º lugar no PIB *per capita* e no IDH. Como um indicador também enigmático de sua situação social, a Bahia ocupa o 1º lugar no país em percentagem de professores da rede pública de ensino, sem curso superior completo 50,85%, contra 2,85% do Estado de São Paulo (GÓIS, 2011, p.C3). Em São Francisco do Conde, apesar de 70% do quadro docente possuir ensino superior, segundo SEDUC, 2009, os níveis educacionais da população estão aquém da média nacional. Das pessoas entre 15 e 17 anos, 85% têm menos de oito anos de estudo e das pessoas entre 18 e 24 anos, 62,2% estão na mesma situação fato que revela um vértice do enigma estabelecido neste rico município baiano.

Segundo o dicionário Aurélio (2001), riqueza significa: Qualidade do que, ou de quem é rico; opulência, abundância de bens, de fortuna; bens materiais, de valor: possuir muitas riquezas; cópia, fartura, abundância de qualquer coisa; riqueza de imaginação; fertilidade, fecundidade: riqueza do solo (FERREIRA, 2001, p. 610). O Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa (2010), define riqueza como qualidade ou condição de rico; abundância; fartura; a classe dos ricos (RIOS, 2010, p.454). Define-se riqueza também, como o conjunto de bens, materiais ou imateriais, externos ao homem, que contribuem para o seu bem-estar, individual ou coletivo,

direta ou indiretamente, para o que é indispensável que sejam possuídos, ou, pelo menos, usados pelos homens.

A significação da palavra riqueza é diversificada não apenas entre países, mas também entre os membros de uma mesma nação. Diz respeito à fartura de bens que uma pessoa possui seja em dinheiro, patrimônios móveis, imóveis. Ela também é avaliada pela possibilidade que se tem de ser usuário de serviços essenciais, como a saúde, a educação, entre outros.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU), utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com Amartya Sen, o IDH que se apresenta como medida geral do desenvolvimento humano, ainda que não ambicione abranger todos os aspectos do desenvolvimento, uma vez que tal conceito é mais rico e complexo do que um índice pode esperar capturar.

Neste campo de estudo trabalha-se com a teoria desenvolvida por Haq e Sen, no qual se publicou uma série de estudos criticando a fórmula tradicional usada para medir o desenvolvimento de um país. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população. Também se utilizou o IDH para medir o grau de desenvolvimento de um país, levando-se em consideração três aspectos:

- A renda per capita – toda riqueza produzida pela sociedade ao longo de um ano dividida proporcionalmente por sua população;
- A longevidade – expectativa de vida da população;
- A escolaridade – número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas.

Visando dar suporte ao trabalho, foi necessário comprovar as amostras recolhidas e analisá-las. Por isso, recorreu-se à pesquisa de campo para comprovar os dados da amostragem e entender como ocorrem as distorções entre renda per capita e a renda real por habitante em São Francisco do Conde.

Em geral, os indicadores econômicos elevados, são ocupados pelas capitais estaduais ou por municípios, na sua maioria do interior do Brasil, muitos com baixa densidade demográfica e sede de empreendimentos

altamente rentáveis. Alguns deles com suas economias ligadas às atividades energéticas de alto valor agregado como hidrelétricas, conversores e transmissores de energia, exploração, produção e refino de petróleo e gás, extração e beneficiamento de minérios e minerais ou portos e/ou aqueles com economias voltadas para agricultura com lavouras de soja, algodão, milho e pecuária (GÓIS, 2011, p. A10).

São Francisco do Conde como percebido, se mantém no ranking dos municípios brasileiros com maior PIB *per capita* da União (R\$ 288.370,81) em 2008. Segundo o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2010), a prefeitura municipal de São Francisco do Conde teve uma das maiores arrecadações por impostos do Brasil, em 2008 por volta de R\$ 334.451.233,80 em receitas próprias e transferências de recursos, (Tabela 1):

Tabela 1 – Receita municipal de São Francisco do Conde - 2008

Receita Municipal São Francisco do Conde - 2008	
Receita própria do município	R\$ 32.860.364,05
Transferência de recursos	R\$ 295.590.869,75
Receita total	R\$ 334.451.233,80

Fonte: BRASIL.TCM, 2008.

Toda esta abundância de recursos, advinda da arrecadação de ICMS no município de São Francisco do Conde, quando e se utilizada numa perspectiva igualitária das capacidades defendidas por (SEN, 2001, p.46) - “parcelas maiores para os merecedores” – tende a incluir tratamento igual para merecimentos iguais, dando a cada um a mesma recompensa por merecimento que é dada ao outro”.

Neste sentido, ressalta-se que esta renda se igualitariamente dividida pela população, como mostram os estudos das Nações Unidas, o PNUD (2000), alavancaria as condições de vida da população como um todo, tornando as sociedades mais justas, caso incluíssem, conforme SEN (2001), capacidades, liberdades e motivações: A “abordagem da capacidade” tem algo a oferecer tanto à avaliação do *bem estar* como à apreciação da *liberdade* (SEN, 2001, p.225); podendo refletir em novas e distintas motivações usadas para analisar e avaliar a igualdade de liberdades. Um povo motivado *capacitariamente*, segundo a abordagem de Sen (2001), seria aquele que desfrutasse equitativamente de igualdade para alcançar o *bem-*

estar, assim atingiria bons índices em educação, longevidade (qualidade de vida), renda e liberdades de escolha, estando assim, fora das constantes problemáticas sociais que tanto afligem as comunidades na contemporaneidade.

Caso estas “motivações” (riqueza distribuída de forma igualitária pela população local - como sugere a esquematização do PIB *per capita*) pudessem refletir na realidade da população local, do município de São Francisco do Conde, melhoraria significativamente sua qualidade de vida, fato que não ocorre na singularidade deste lugar. Observam-se no cenário local que esta alta arrecadação, advinda dos impostos é muito alta quando se compara, por exemplo, a cidades da Bahia, com os menores PIB (Tab. 2), como por exemplo, Gavião, Contendas do Sincorá, Ibiquera, Lafaiete Coutinho e Dom Macedo Costa, conforme o IBGE (2010), com arrecadações muito pequenas quando comparados aos municípios de maiores arrecadações como São Francisco do Conde, Salvador e Camaçari, por exemplo, (Tab.2):

Tabela 2: Municípios do Estado da Bahia com maiores e menores PIB – 2008

PIB 2008 (5 Menores)		PIB 2008 (5 Maiores)	
		Total	
Municípios	PIB	Municípios	PIB
Gavião	13.993	Salvador	29.668.442
Contendas do Sincorá	15.147	Camaçari	10.474.421
Ibiquera	15.433	São Francisco do Conde	9.002.648
Lafaiete Coutinho	15.778	Feira de Santana	5.263.533
Dom Macedo Costa	16.263	Candeias	3.173.598

Fonte: IBGE, 2010.

Resumindo a tabela 2 mostra os cinco maiores e menores PIB municipais do Estado da Bahia, em 2008, onde se verifica uma relação com o tamanho da cidade ou com o peso do setor industrial, como é o caso de São Francisco do Conde, Camaçari, Candeias, Simões Filho e Feira de Santana.

Nota-se que São Francisco do Conde, está à frente da segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana, com uma diferença em torno de

3.739.115; só esta diferença é maior que o PIB da quinta cidade em arrecadação que é Candeias em 2008, para contrapor estes números, apresentaram-se municípios com os menores PIB da Bahia como os citados na tabela 18 com uma diferença de milhares e milhares de reais.

Dos cinco maiores PIB *per capita* municipais do Estado da Bahia, observa-se que o município de São Francisco do Conde aparece no topo da lista com R\$ 288.371,00 impulsionado pela indústria (refinaria RLAM), seguido de Cairú R\$ 55.509,00 também movido pela indústria energética, com a descoberta do gás natural em Manati que abriu um novo olhar sobre a produção do gás natural no Estado da Bahia, segundo o Jornal O Globo *online*. Em terceiro lugar aparece Camaçari com R\$ 45.950 também com economia voltada para indústria, seguidas de Candeias e São Desidério onde se destacam também a indústria, e no primeiro caso, e agronegócios no segundo caso.

Verifica-se que cerca de mais de 70% da economia de São Francisco do Conde advém do petróleo. Esta característica é comum à maioria das cidades onde o PIB *per capita* se destaca. São municípios que possuem zona industrial e onde as riquezas produzidas nas fronteiras municipais não são apropriadas pela população residente. Apesar do PIB alto, em São Francisco do Conde parcela da população vive em estado de pobreza e miséria, fato que constitui um enigma para este estudo, onde os sanfranciscanos, aqui chamados de “*filhos da terra*”², mais da metade da população em 2000, recebiam em média de 1/2 de 3/4 de salário-mínimo mensal como vimos anteriormente. Em 2010 estas discrepâncias se mantêm, tendo aumentado em 30% o número de pessoas que vivem com esta renda no território sanfranciscano.

A arrecadação recebida pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, como mostrado na tabela 19, foi gasta, em 2008 com: repasse à Câmara de Vereadores, cerca de R\$ 17.484.387,36; R\$ 27.969.834,24 com saúde e 58.253.720,12 com educação números estes que são maiores que os recursos recebidos por muitos municípios com menores arrecadações como mostraremos a seguir (Tab.3):

Tabela 3 – São Francisco do Conde – Despesas (parcial) 2008

São Francisco do Conde	Despesas/2008
Repasse do duodécimo à Câmara	R\$ 17.484.387,36 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Saúde	R\$ 27.969.834,24 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Educação	R\$ 58.253.720,12 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Total	R\$ 103.707.942,02

Fonte: BRASIL, TCM, 2008.

Mesmo não aparecendo na tabela ressalta-se que no município em 2010, os gastos com festas são altos e no último São João o município gastou cerca de duzentos mil reais para contratação de astros nacionais, como o cantor Luan Santana por exemplo.

Neste ano (2008), o PIB *per capita* de São Francisco do Conde foi o maior do Brasil (IBGE, 2010), entretanto no cenário local, segundo relato da população, com os desmandos dos últimos gestores e a má gestão pública transformaram as riquezas municipais em carência de educação, com escolas sucateadas funcionando em casas alugadas, mal iluminadas, sem materiais didáticos e pedagógicos para os docentes trabalharem, sendo que nenhuma escola foi construída no município em quase 20 anos; saneamento básico, com esgotos a céu aberto; ruas esburacadas; saúde, com postos fechados, falta de medicamentos básicos na farmácia, falta de pagamento às empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares, terceirização de serviços, funcionários públicos efetivos em casa a mando dos gestores; e uma série de outros problemas divulgados pela mídia baiana e nacional.

Em 2005, um gestor municipal foi cassado pela justiça eleitoral, acusado de compra de voto, ele teve as contas rejeitadas (mau uso do dinheiro público) pelo Tribunal de Contas dos Municípios. seu sucessor, em 2007, também fora cassado, por ação criminal no Ministério Público da Bahia por uso de laranja e superfaturamento em contrato na área de saúde o mesmo teve seu mandato anulado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, ficando no cargo durante um ano e sete meses. Sendo novamente sucedido por seu antecessor, que reassumiu a prefeitura, em agosto deste mesmo ano, conforme denúncias no Ministério Público da Bahia (BAHIA, MP, 2007).

Entretanto, conforme pesquisa de campo realizada, a riqueza observada no município, não se reflete como indicador de desenvolvimento municipal, muito menos na apropriação da renda pela população residente, dizem que a baixa densidade demográfica pode ser um item a se analisar para justificar este fenômeno, mas cabe registrar neste estudo que há uma cumplicidade entre políticos e os administradores públicos municipais, que por vezes se revezam no poder local, atrelados a ausência do Estado no território local.

O pequeno município exibe bolsões de pobreza em localidades como Roseira, na sede, acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Caípe e em toda a espacialidade local fatos que contrapõem sua riqueza. Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios, São Francisco do Conde foi o 3^a (terceiro) maior município da Bahia em arrecadação de impostos, em 2008.

Em 2009 os recursos recebidos com transferência de recursos pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde foram (Tab. 4):

Tabela 4 – Transferência de recursos nos municípios baianos 2009

Transferência de recursos 2009	Total	% em relação ao total dos municípios
Total de municípios da Bahia	10.387.031.423	100,0
Salvador	1.515.414.906	14,6
Camaçari	138.449.387	1,3
Candeias	51.006.009	0,5
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5
Madre de Deus	36.903.056	0,4
Valente	17.007.597	0,2
MÉDIA	301.361.517	2,9

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Destaca-se o município de Valente, neste estudo, para permitir uma comparação entre municípios do Recôncavo com um município do sertão baiano, no caso situado na região sisaleira. Mostrando assim, as diferenças econômicas entre estas diferentes regiões do Estado da Bahia onde se reflete todo um descompasso como no Brasil na distribuição da renda, fazendo com que o número de miseráveis e pobres continue aumentando.

Em 2010, a prefeitura local arrecadou cerca de 0,5% de recursos totais repassados aos municípios baianos ficando atrás apenas de Salvador, Camaçari e Candeias (Tab. 5):

Tabela 5 – Transferências de recursos São Francisco do Conde – 2010

Municípios	Total	% em relação ao total dos municípios da Bahia	Recursos (Per capita)	População
Total de municípios da Bahia		100,0		
Salvador	1.515.414.906	14,6	566,2	2.676.606
Camaçari	138.449.387	1,3	569,8	242.984
Candeias	51.006.009	0,5	614,0	83.077
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5	1.488,9	33.172
Madre de Deus	36.903.056	0,4	2.122,8	17.384
Valente	17.007.597	0,2	692,0	24.579
Média (dos 6 municípios)	301.361.517	2,9	1.009	512.967

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Observa-se que a hierarquia das cidades continua sendo a mesma como demonstrado nas tabelas anteriores, com um aumento nos valores de um ano para outro. No topo a capital Salvador, por seu conjunto de serviços e atividades industriais, tem cerca de 2.676.606 hab/km², e recursos *per capita* de 566,2; seguidas Camaçari, segunda cidade baiana em repasse de recursos, recebeu de transferências de recursos em 2010, R\$ 138.449.387, por conta da indústria e ser sede do pólo industrial baiano, precedidas por Candeias (R\$ 51.006.009), em terceiro lugar e São Francisco do Conde (R\$ 49.388.150) respectivamente.

O município de Camaçari (BA), com população de 242.984 hab/km² (IBGE, 2010), quase 10 vezes menos população que Salvador tem recursos *per capita* 569,20 melhores cerca de três pontos a frente da capital; seguidas de Candeias movidas pelo setor industrial forte, atrelados ao setor de serviços com recursos *per capita* 614,0 também melhor que a capital baiana, e população em menor escala, com cerca de 83.077 hab/km², continua sendo como em 2009 (Tab.5) a terceira cidade em transferência de recursos. Neste cenário aparece São Francisco do Conde, quarta cidade em transferência de recursos, em 2010 (R\$ 49.388.158) empata com Candeias em percentual representado (0,5%), sendo o segundo maiores recursos *per capitado* Estado (R\$ 1.488,9) em 2010 com uma população pequena em relação aos demais municípios apresentados 33.183 hab/km², São Francisco do Conde continua movido pela indústria, porém seu dinamismo se restringe a este setor conforme o Censo 2000 e confirmados pelos resultados divulgados no Censo de 2010. Setores como comércio, serviços e agronegócios são incipientes neste município.

O município de Madre de Deus com população de 17.384 hab/km² desponta como aquele que possui mais recursos *per capita* do Estado da Bahia cerca de R\$ 2.122,8 com população pequena em relação aos demais municípios baianos, a pequena ilha aparece no cenário baiano com os melhores índices.

Para contrapor, volta-se ao semiárido baiano a pequena Valente, localizada na microrregião de Serrinha, distando de Salvador 244 Km, que desponta em 2010 com recursos *per capita* (R\$ 692,0) melhor que o da capital e de demais cidades da região metropolitana. Segundo IBGE, em 2010, sua população é em 13.491 habitantes na zona urbana e 11.088 na zona rural, totalizando 24.579 habitantes, fato que contradiz os números oficiais das cidades baianas com população rural equivalente à população urbana. Possui uma área de 384 km², é constituído do bioma caatinga. Possui clima semiárido. Tem água encanada, energia elétrica, telefone, TV, aeroporto para pequenas aeronaves, terminal rodoviário, clubes recreativos, estádio municipal.

Com economia pautada no comércio local, por três grandes empregadores: A Prefeitura Municipal localizada no centro da cidade, a indústria de calçados Via Uno e a indústria de tapetes e carpetes de sisal da Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira – APAEB. A agricultura familiar é a principal fonte de renda para as pessoas da zona rural aliada à cultura do sisal, planta que deu a Valente o título de capital da fibra. (Silva e Silva, 2006, p.163). Com recursos *per capita* chegando a

R\$ 692, 0 e IDHM em torno de 0, 657 que é considerado mediano pela Organização das Nações Unidas – ONU. Em 2010 recebeu de transferência de recursos cerca de R\$ 17.007.597 em relação ao total de municípios da Bahia estando numa posição de destaque.

A média destes números apresentados na tabela 5 demonstra como a distribuição desigual da renda e dos serviços pode interferir no modo de vida das populações nas cidades baianas, caso esta abundância de recursos seja redesenhada de forma a distribuir equitativamente as riquezas sanfranciscanas atreladas à eficiência na qualidade nos serviços públicos em geral e vinculadas a operacionalização eficaz dos gestores nos gastos públicos e mobilização social com vistas a fiscalizar estes gastos podem, amenizar, em tese, os sintomas da corrupção política rompendo os círculos viciosos de forma a garantir formas equitativas de bem estar social, defendidas pela ONU e desta maneira dar uma guinada de 180º no cenário político-social e reverter quadros como, por exemplo, em São Francisco do Conde, cidadãos ricos por natureza, porém com administradores incapazes de gerir o bem público de forma coerente, coesa e igualitária.

Esta sessão visa levantar algumas hipóteses sobre a pobreza na cidade de São Francisco do Conde. Para tanto é necessário definir pobreza, o que não é muito fácil, devido ao seu alto grau de subjetividade e às vezes arbitrariedade que envolve as diferentes definições. Muitos autores relacionam e direcionam a pobreza à renda proveniente de uma situação de emprego formal. Para outros, entretanto torna-se necessário envolver nessa definição conceitos como liberdade e igualdade.

CONCEITO DE POBREZA

O estudo sobre pobreza mostra-se extremamente relevante no mundo contemporâneo e no Brasil. Assim sendo, este tema complexo, coloca-se no centro das discussões nos meios acadêmicos e sociais, fazendo parte da agenda social dos governos no mundo atual. Muitos autores abordam a temática, porém nem sempre os critérios apresentados para conceituar o tema são convergentes quanto à definição do que venha a ser pobreza, por exemplo. Estudiosos do tema como Sen (2000), Rocha (2003), Pochmann (2003). No entanto, a diversidade de condições socioeconômicas e culturais entre os países justifica segundo Rocha (2003), uma adoção de conceitos específicos de pobreza; isto poderia se constituir um erro para se estabelecer algumas comparações internacionais (2003, p. 31). Porém, em alguns casos

aplica-se este conceito, seguindo algumas divisões. Como sugere Rocha (2003):

No caso dos países subdesenvolvidos, onde a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável para cada um de seus cidadãos; no segundo grupo dos países desenvolvidos onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda entre indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade. O terceiro grupo formado por países situados numa situação intermediária. Assim o valor atingido pela renda per capita mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve a má distribuição de renda (ROCHA, 2003 p.31).

Configura-se um Brasil, nas últimas décadas, com altos índices no que se refere às desigualdades na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Na região Nordeste, como na Bahia, as desigualdades são latentes. Cabem assim, estudos que abordem esta temática e busquem soluções para dirimir esta problemática, levando-se em conta a história desigual deste país, onde a injustiça social exclui grande parte da população do acesso às condições mínimas de vida digna e de cidadania.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas – ONU utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com Amartya Sen, o IDH apresenta-se como medida geral do desenvolvimento humano. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população.

O IDH resume várias discussões em números, facilitando o entendimento, dando uma síntese da realidade discutida e ou analisada. A pobreza é definida, geralmente, como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em

outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física.

Segundo Amartya Sen, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo (1999, p.18) e não apenas uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Para ele a melhor análise deve estar vinculada as oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer sua cidadania.

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Sen (1999) cita o exemplo de uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém, a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda (SEN, 1999).

A Constituição Federal do Brasil, em seu capítulo II, artigo quarto, IV relaciona o salário-mínimo como sendo direito de todos os trabalhadores para melhorar sua condição social:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

No Brasil, alguns estudos têm considerado o valor equivalente a meio salário-mínimo mensal para definir a pobreza. Fica evidente que este valor não reflete a realidade brasileira, visto que não se atinge aos objetivos sociais a que este indicador suplanta. No território sanfranciscano a pobreza está diretamente relacionada ao aspecto econômico das desigualdades ao qual Sen (2000) defende “igualdade de condições para todos” e que a carta constitucional brasileira igualmente enfatiza.

Pobreza para Rocha (2003, p. 9), é um fenômeno complexo podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Resume afirmando que esta definição

depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto social e econômico. Assim sendo, neste estudo, associa-se o conceito de pobreza à insuficiência de renda.

Acredita-se que a pobreza é um fenômeno carregado de complexidade, no contexto brasileiro e de países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, por envolver questões de ordem econômica e social e, ao mesmo tempo, englobar outros conceitos que igualmente envolvem “a satisfação das necessidades básicas” e o conceito de *bem-estar*.

Para Sen (1999), a percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas.

Neste contexto, vale ressaltar que não se levou em consideração que a integridade física dos envolvidos levasse-os a óbito, apenas era pra alertar para situações de privação onde questões de sobrevivência não estivessem em jogo. Para Rocha, pobreza absoluta está relacionada a questões de sobrevivência física. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, significando incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Sendo assim, não existe um ponto determinado que finda a discussão empírica sobre pobreza relativa ou absoluta, apenas elas não apresentam limites claros (ROCHA, 2003, p.11).

A autora continua mostrando que a adoção de linhas de pobreza relativa em linhas de pesquisa acabou levando à aplicação indevida dessa abordagem em países subdesenvolvidos, onde a noção de pobreza absoluta ainda é relevante.

O Banco Mundial, nos anos 80, recorre a uma abordagem desse tipo ao definir como linha de pobreza para países de renda média como o Brasil, o patamar de 1/3 do PIB *per capita* (HICKS e VETTER, In ROCHA, 2003, p. 83), o que, em 2003 correspondia a R\$1.200/ano ou R\$100/pessoa/mês. Observa-se que a linha de pobreza determinada desta forma tem um valor arbitrário, um tanto superior ao patamar de meio salário-mínimo (então \$75 naquele ano) também frequentemente utilizado como linha de pobreza no Brasil.

Define indigentes ou pobres como caracterizados por uma insuficiência de renda para atender o consumo mínimo. Neste sentido os indigentes são

definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer interferências sobre seu estado nutricional; continua argumentando que existe um escopo para julgamento de valor associado à definição das necessidades básicas, à forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e a ponderação relativa atribuída a cada uma das necessidades consideradas (SANTOS, 1965, p.19-20). Fato que novamente vem contrapor a Constituição Federal Brasileira ao definir e delimitar o salário-mínimo como supridor de carências.

RAÍZES E IMPLICAÇÕES

Milton Santos em “A cidade nos países subdesenvolvidos” (1965) faz uma análise do papel que representam as cidades nos países considerados subdesenvolvidos; conceitua as cidades como sendo o elo que articula o mundo rural ao urbano através de atividades desenvolvidas entre mercados fornecedores e consumidores. Neste aspecto, contracenam cidades, como Salvador e o mundo rural representada, no caso em tela, por São Francisco do Conde onde a exploração do petróleo cresceu no Recôncavo a partir da década de 50 do século XX, reforçando a posição de Salvador metrópole como portuária, comercial, política e administrativa. Produziu mudanças profundas na região que passou por um processo de estagnação econômica e demográficas intensas no final do século XIX até meados do século XX. Desse período até 1980 a metrópole Salvador teve um acréscimo na população em torno de 300%, e um crescimento econômico próspero, atrelado ao desenvolvimento ou estagnação de cidades menores como São Francisco do Conde que vivia um momento de estagnação e euforia por conta da instalação da refinaria em seu território tornou-se dormitório dos trabalhadores da refinaria.

Para Santos, o fato de ser um pólo atrativo de capitais (Santos, 1965, p.6) torna as cidades um espaço desejado pela maioria, que vê nas mesmas a esperança de melhorar as suas condições socioeconômicas, expectativa essa frustrada em razão da incapacidade das cidades de manter os capitais sob seu domínio e espaço gerando, em contrapartida, a proliferação do subemprego, quando não do desemprego em massa, fomentando, por conseguinte, o agravamento das desigualdades.

Tem-se nos espaços privilegiados das cidades como Salvador, por exemplo, tudo o que uma grande cidade pode oferecer, entretanto em cidades menores como São Francisco do Conde, vive-se o drama do impacto das mudanças provocadas pela industrialização sobre a qualidade de vida da

população e suas relações sociais; assim as pessoas acabam estabelecendo como *segunda moradia* (pessoas com residência fixa em Salvador e nos finais de semana vão para o interior, em São Francisco do Conde, por exemplo).

Para Costa Pinto este drama é decorrente da industrialização que de um lado, impõe relações contratuais de trabalho em substituição ao paternalismo tradicional e, de outro do que denomina “secularização da vida social” (Costa Pinto, 1958. apud. Brandão, 1998, p. 19), muito embora estudos posteriores à década de 80 sobre a industrialização, mostrem que ela não se manteve uma vez diminuiu-se o tempo de operação dos poços e não foi capaz de fazer evoluir as relações sociais patriarcais que continuaram a dominar o quadro familiar. Das raízes deste drama e das relações colonialistas correntes na história do município de São Francisco do Conde surgem as desigualdades e a pobreza local com suas implicações na vida cotidiana dos moradores locais. A região corroborava com elevadas taxas de analfabetismo que, na época (1950/1970), atingiu metade da população e, por sua vez, era se constituída, segundo Costa Pinto (1958), por caatingueiros sazonais preferidos pelos produtores de cana de açúcar por serem menos onerosos que os descendentes dos escravos, pescadores, pequenos agricultores e as mulheres domésticas.

Pouco a pouco o território franciscano foi diminuindo significativamente, havendo um período de estagnação urbana onde a população franciscana diminui entre 1970 e 1980, em torno de 6.913 pessoas migraram para outras cidades, voltando a crescer nos anos 2000.

Na perspectiva do território, segundo Santos, a presença de uma grande cidade em torno da qual girará tantas outras menores é outro fator de diferenciação de organização dos espaços. Essa metrópole acaba, em função, da sua organização, exercendo influência sobre as demais. No seu processo de organização é perceptível a presença de espaços bem demarcados: os centros e as áreas periféricas. Em alguns deles, a convivências entre segmentos sociais bastante diferenciados se faz sem o estabelecimento de tantos conflitos, mas essa afirmação não pode ser generalizada, pois noutras cidades, os limites são claros.

Assim sendo, Salvador assume seu papel de catalisadora e comanda o grupo de cidades que compõem sua região. Nesta região onde cidades menores como Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho todas compõem uma região no entorno a Salvador ambas constituídas por indústrias e próximas da metrópole. Onde São Francisco do Conde aparece no décimo segundo lugar em população, mas em arrecadação de ICMS chega em

primeiro lugar perdendo apenas para Salvador e as vezes, empata com Camaçari onde se concentra o Pólo Petroquímico e a Ford, além de várias outras empresas.

ESPACIALIDADES DA POBREZA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Busca-se neste item espacializar a pobreza no território franciscano. Situado no Recôncavo baiano, o município de São Francisco do Conde está, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos – SEI, 2000, incluído na faixa costeira onde se apresentam os melhores índices de IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico, pois “usufrui dos resultados do antigo dinamismo econômico observado até meados do século XIX, quando entra em decadência e passa a ser excluída dos novos ciclos da economia estadual “, fato que contradiz a realidade em São Francisco do Conde hoje, visto que os indicadores econômicos não se refletem em crescimento e desenvolvimento para seus moradores.

Mesmo não apresentando significativa importância econômica atual, o Recôncavo, traz toda uma infraestrutura que serviu ao período de crescimento econômico, ainda hoje serve ao “crescimento e desenvolvimento social local.” Verificam-se também aspectos referentes aos 50 anos de existência da Petrobrás no território da Região Metropolitana de Salvador, entre 1950 aos anos 2000 e aspectos positivos ou não da instalação desta empresa para população local. Este estudo baliza-se em dados a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD'S, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; estas pesquisas domiciliares anuais permitem construir uma diversidade de indicadores sociais que retratam a evolução da distribuição nos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos.

Como métodos o Índice de Desenvolvimento Humano usa os resultados obtidos das somas dos três índices mostrados anteriormente: Educação, Longevidade e Renda. Encontrados os resultados de cada um dos itens, faz-se a soma e divide-se por três: quanto mais próximo de um (1) for o resultado melhor deve ser a condição do país e de seu povo, quanto mais distante, pior será o IDH desta população.

Na tabela 6 podem-se observar as variações na densidade demográfica brasileira, em especial às da Bahia e sua Região Metropolitana – RMS, onde Salvador continua sendo o maior pólo de desenvolvimento da região metropolitana por concentrar quase a metade do PIB do Estado da

Bahia, com uma renda per capita muito superior as demais regiões e também uma quantidade muito grande de serviços, escolas, lazer e etc.

Salvador tem um índice médio (IDHM) 0,805 que é alto em relação aos outros pontos do país. Suas variáveis aumentam por conta da educação seguida da longevidade. Apenas para São Francisco do Conde na variável renda, tem uma porção privilegiada por conta da ampliação da refinaria, que aumentou cerca de 40% da produção (Tab. 6):

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano do País, estado e município 1991 e 2000

País, Estado e Municípios	IDH - M		Renda		Longevidade		Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anos								
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Bahia	0,590	0,688	0,572	0,620	0,582	0,659	0,615	0,725
Salvador	0,751	0,805	0,719	0,746	0,679	0,744	0,856	0,924
São Francisco do Conde	0,622	0,714	0,544	0,589	0,593	0,689	0,728	0,863
Camaçari	0,651	0,734	0,586	0,623	0,586	0,707	0,780	0,873
Candeias	0,631	0,719	0,582	0,608	0,558	0,684	0,754	0,866
Madre de Deus	0,661	0,740	0,564	0,624	0,613	0,707	0,807	0,889
Santo Amaro	0,626	0,684	0,538	0,576	0,551	0,648	0,730	0,827
São Sebastião do Passé	0,618	0,693	0,558	0,579	0,631	0,668	0,666	0,832
Valente	0,540	0,657	0,486	0,555	0,528	0,656	0,605	0,759

Fonte: PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Salvador, como a capital do maior estado em extensão territorial do Nordeste, acumula muitos problemas, visto que em seu território observa-se uma alta densidade demográfica, acompanhada de todos os problemas que esta posição pode trazer. É também em Salvador que se observam os maiores índices em educação e longevidade, ou seja, em expectativa de vida da população. São Francisco do Conde, como já foi destacado possui indústria em seu território o que eleva a variável renda, esse indicador não se reflete na qualidade de vida da população residente nesta cidade. Observa-

se também, na tabela 6 que cidades como Candeias e Madre de Deus, limítrofes a São Francisco do Conde, tem IDH maiores, esta cidade, perde para São Sebastião do Passé e Santo Amaro que em 2000, possuíam IDH menores e também fazem fronteira à São Francisco do Conde. Na variável educação São Francisco do Conde é o último no *ranking* estando atrás de Candeias, Camaçari, Madre de Deus, São Sebastião do Passe, Santo Amaro e Salvador.

Na variável longevidade, São Francisco do Conde também está abaixo de municípios novos como Madre de Deus (0.707) em 2000 que se mantém como cidade de médio IDH. São Francisco do Conde aparece com o IDH (0.689), ou seja, com uma expectativa de vida reduzida para municípios do seu entorno. O item longevidade é conferido a lugares onde se superam a expectativa de vida, e vão além dos índices como as pessoas com idades superiores a setenta e oito anos de idade.

Vale ressaltar que no município de São Sebastião do Passé, a variável renda, aumenta pouco em 2000, mas na variável educação (0.666) em 1991 dá um salto para (0.832), ou seja, um aumento de 0.166, seguindo a tendência nacional em aumentar sua classificação no PNUD, para cidades de médio desenvolvimento.

Os índices de pobreza em São Francisco do Conde não melhoraram como deveriam, pois, apesar do índice ter aumentado um pouco, isso não se reflete na melhoria da qualidade de vida da população local. Volta-se novamente a tabela 6, onde demonstra-se como está ocorrendo uma melhora na qualidade de vida (IDH) desta população.

Conforme demonstrado na tabela 6, a renda média destes municípios melhorou, comparado a Salvador percebe-se com mais clareza as distorções na microescala metropolitana, por Salvador, possuir uma alta densidade demográfica acompanhada por todos os problemas que esta posição pode trazer, acaba ficando em situação desprivilegiada em relação às cidades no seu entorno. Ainda assim apresenta um médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0.8, sendo até maior que alguns estados da Região Nordeste do Brasil.

Percebe-se que há uma diferença de 0,12 entre os dois municípios em 1991, mas ainda assim a classificação do PNUD, para as cidades é de médio desenvolvimento. Em 2000 a diferença diminui entre a capital e São Francisco do Conde para 0,9, porém em relação às outras Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Metropolitana de Salvador, (São Francisco do Conde apresenta uma situação ruim, pois é a 121ª cidade,

sendo que 120 unidade (80,5%) estão em melhores condições e 28 unidades (18,8%) estão em pior situação.

Utilizou-se ainda a pesquisa de campo feito *in loco* buscando comprovar que não houve mudanças significativas quanto a qualidade de vida da população local, as amostras recolhidas deixam entender como ocorrem as distorções entre renda per capita e renda real por habitante em São Francisco do Conde.

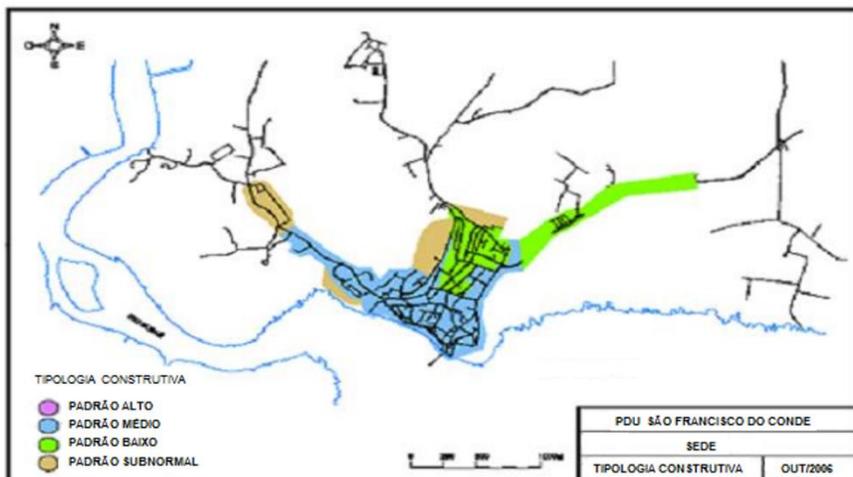
Assim sendo, trataremos pobreza numa dimensão particular, como insuficiência de renda, interrogando a existência no território local de pessoas que vivem com renda familiar inferior ao nível mínimo estabelecido, por organismos nacionais e internacionais. Este mínimo, segundo a Carta Magna de 88, será capaz de suprir as necessidades básicas dos cidadãos, para que possam satisfazer suas necessidades básicas e estarem acima da linha de pobreza que no Brasil é de 1/3 do salário-mínimo (R\$181,66, em 2011), seguindo as medidas das Nações Unidas.

Para espacializar a pobreza no município de São Francisco do Conde, faz-se necessário mostrar nuances pouco vistas no cenário nacional para um município rico com este. Porém sabe-se que este em um problema que aflige parte da população brasileira onde o enigma da pobreza, associado às péssimas condições das populações nas cidades brasileiras está diretamente imbricado com situações de corrupção política, desmando e descontrole do Estado que não age na legalidade punindo os infratores desta legislação e ausência por parte da população de mobilização contra o mau uso dos recursos públicos municipais.

Na Sede do município é onde se encontravam em 2000 domicílios com as melhores rendas conforme Censo Demográfico. Conforme IBGE (2010) houve uma alteração e as maiores rendas estão concentradas no distrito de Mataripe, pesquisa de campo realizada e confirmada pelos dados oficiais, entretanto existem muitos logradouros onde o poder público não chega deixando os cidadãos vivendo em estado de pobreza e miséria.

A tipologia habitacional da Sede (Fig. 1) é bem definida com casas de alvenaria e beneficiada por serviços de infraestrutura em geral, porém, à medida que se afastam do centro da cidade em direção a São Bento das Lajes, Campinas, Dom João e Santa Eliza é que se observam os hiatos do enigma anunciado neste estudo (Fig. 1):

Figura 1: Tipologia habitacional do distrito da Sede - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito Sede compreende as localidades da Sede, Santa Eliza, Engenho D'Água, Engenho de Baixo, Roseira, Porto de Brotas, Campinas, São Bento, Baixa Fria e quilombo Dom João. Na Sede existem localidades onde as desigualdades são visíveis, neles, os moradores vivem em condições de miséria e pobreza; inexistem serviços básicos como esgotamento sanitário, água encanada e os tipos de moradias denunciam a ausência total de políticas que visem à redução das desigualdades em que vive parcela da população de São Francisco do Conde. Assim, pode-se declarar que nem todo cidadão sanfranciscano é rico como pensam as pessoas que não participam desta territorialidade. Nas figuras 2 a 5, demonstram-se partes das desigualdades observadas na sede de São Francisco do Conde.

Figuras 2 -5 – Espacialidades da pobreza no distrito sede- São Francisco do Conde

Figura 2 - Povoado de Santa Eliza



Figura 3 - Povoado da Baixa Fria



Figura 4 - Povoado de Campinas



Figura 5 - Nova São Francisco – Sede



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Distrito de Monte Recôncavo e Quilombo do Monte

Na figura 6 demonstra-se espacialmente a tipologia do distrito Monte Recôncavo

Figura 6: Tipologia habitacional do distrito do Monte Recôncavo - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito do Monte Recôncavo abrange as localidades de Monte Recôncavo Paramirim, Coroado, Madruga ambos situados as margens da BA - 522 conforme PDDU (2008 p.27). Neste distrito, uma ínfima parcela da população presta serviços na Petrobrás e suas concessionárias e os demais trabalham nas lavouras que ainda persistem no município. É no Monte Recôncavo onde se localizam cerca 70% dos afro-descendentes do município sendo que em 2009 a comunidade foi oficialmente classificada como remanescente de quilombolas segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social do município (Fig. 7 e 8).

Figura 7 - Ginásio do Monte Recôncavo 2011.



Figura 8 - Nova Praça do Monte Recôncavo, 2011.



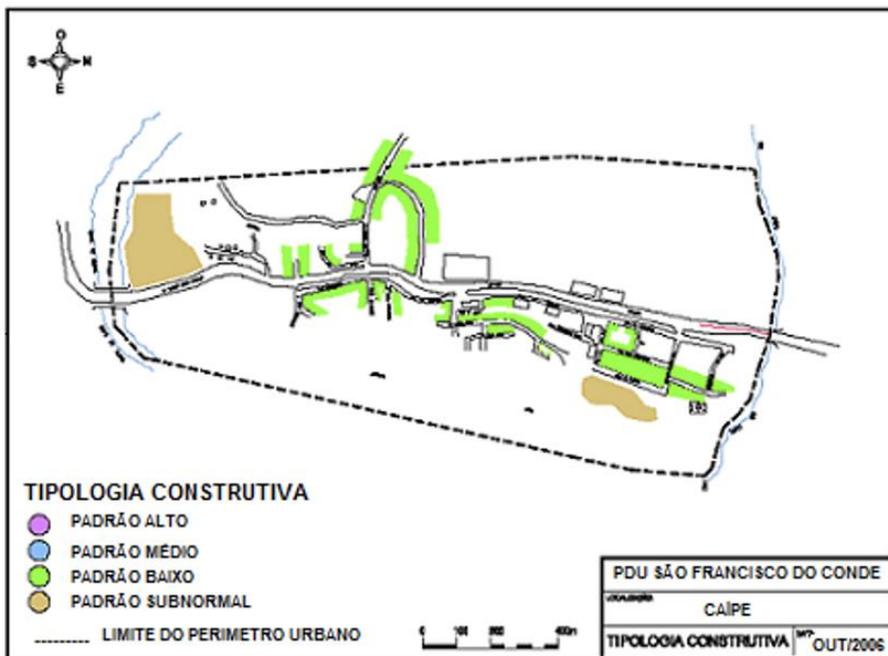
Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 7 e 8 demonstram-se o ginásio do Monte, que acolhe todas os jovens deste distrito e povoados próximos na figura 76 mostram-se o conjunto habitacional construído para abrigar as pessoas que não tinham moradias e neste construíram esta praça onde as crianças brincam livremente.

Apesar de possuir edificações residenciais em alvenaria, com água encanada e esgotamento sanitário, o distrito do Monte Recôncavo apresenta alguns problemas comuns na atualidade, tem um loteamento clandestino na sua área limítrofe, com casas de taipa, com cobertura em telhas de amianto, sem infraestrutura, falta esgotamento sanitário e piso em terra batida e sem sanitários que carecem de atenção especial dos órgãos competentes.

Distrito de Mataripe

Figura 9: Tipologia habitacional do distrito do Mataripe - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

É o distrito de Mataripe que engloba todos os povoados localizados ao sul do município: Caípe, Jabequara da Areia e Jabequara das Flores (ambas em área que estão mais próximas da cidade de Candeias, mas recebem toda infraestrutura da prefeitura de São Francisco do Conde), Santo Estêvão, Socorro as Ilhas do Pati e Bimbarras. Mataripe situa-se ao longo da BA - 523, que interliga os municípios de Candeias e Madre de Deus ficando o povoado de Caípe, ao longo da faixa de acesso existem construções de baixo padrão inclusive invasões de área marítima (APA - Área de Proteção Ambiental), com terrenos alagadiços em área de manguezal, onde os moradores vivem em condições subnormais expondo um enigmático quadro de pobreza e miséria

denunciado pelos meios de comunicação em massa, a exemplo o Jornal A FOLHA DE SÃO PAULO com edição em 31/07/2011 onde o jornalista Antonio Góis, denuncia a persistência da miséria em 30 das 200 cidades com PIB mais alto do Brasil, com destaque para São Francisco do Conde município por ser detentor do PIB mais alto do país a população residente convive com indicadores sociais baixíssimos e não usufrui das benesses produzidas pela riqueza advinda da indústria petrolífera. Nas figuras 10 a 13 apresentam-se fotografias das pesquisas de campo realizadas, nela constatou-se a eminência das desigualdades em São Francisco do Conde e nos seus distritos respectivamente.

Figuras 10 a 13- Espacialidades da pobreza no distrito de Mataripe – 2010

Figura 10 - Povoado de Jabequara



Figura 11 - Povoado de Jabequara



Figura 12 - Povoado de Mataripe

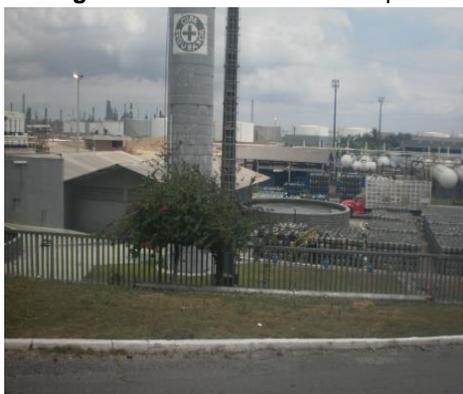
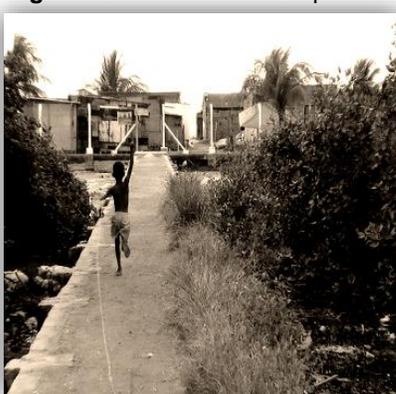


Figura 13 - Povoado de Caípe



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 10 e 13 povoado de Jabequara da Areia, bem próximo a Candeias, verifica-se ruas sem pavimentação, com lixo depositado a céu aberto. Figura 10 apresenta-se a zona industrial de Mataripe, na figura 13 expõe o quadro dramático vivenciado pela comunidade do Caípe onde as crianças convivem com os esgotos a céu aberto, lixo exposto nas ruas periféricas, e pessoas morando em áreas de proteção ambiental (APA) no manguezal. Praticamente dentro da Refinaria RLAM as pessoas apelam por moradias, saneamento básico, médicos e enfermeiros todos os dias nos postos de saúde, policiamento ostensivo para diminuir a cooptação de jovens para a criminalidade e o mundo das drogas. Pode-se assinalar também, que em Mataripe, os cidadãos pensam diferente das pessoas residentes no distrito Séde; porque se preocupam com os estudos e vêem neste segmento o caminho para melhorarem a sua qualidade de vida, deixando de lado questões outras como o assistencialismo político já destacado neste trabalho.

A população de São Francisco do Conde, dos anos 90 aos anos 2008, mais precisamente, não vivencia um período como vem experimentando atualmente, a cidade virou um canteiro de obras, na gestão atual, estão trabalhando como nunca neste lugar, com obras de infraestrutura, construção de novas habitações para o povo mais necessitado, calçamento e pavimentação de ruas e áreas que anteriormente sequer eram visualizadas pelos políticos locais, assim na próxima sessão, ilustraremos algumas obras que podem dar uma sustentabilidade melhor para esse povo rico, mas que enigmáticamente vive em bolsões de pobreza e miséria.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Visualizando algumas formas de se melhorar a qualidade na vida das pessoas que residem em São Francisco do Conde a administração local definiu algumas estratégias político-instrumentais, que segundo eles servirão à população, com base neste argumento e no Plano Diretor Urbano do município, construído por empresas contratadas pela prefeitura, para justificar o injustificável no papel e assim não perder as verbas. Neste sentido, existem discussões desde 2006 sobre a construção de um empreendimento turístico na histórica Ilha de Cajaíba na sede do município bem defronte a Baía de Todos-os-Santos, segundo alguns moradores *será muito importante para desenvolver a cidade*, para outros ele vai acabar com a fauna e flora da ilha e ainda destruir o sustento dos pescadores e marisqueiras locais e do entorno, desconsiderando inclusive que esta Ilha pertence às comunidades remanescentes de quilombolas como afirmam os pescadores da região.

A empresa *Property Logic*, com capital de origem europeia, já conseguiu a licença para construção porém as comunidades do entorno e população local continuam se manifestando contra esta construção, mas os políticos locais, continuam em defesa deste empreendimento afirmando que a população será beneficiada, porém a população não vê com bons olhos esta investidura e citam o fato de que pouco moradores de São Francisco do Conde trabalham na Refinaria RLAM, perfazendo um hiato quanto a este empreendimento, destacaremos alguns pontos a seguir:

Empreendimento Ilha de Cajaíba

Elaborou-se este item baseado no RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA, do empreendimento turístico imobiliário localizado na Ilha de Cajaíba, no município de São Francisco do Conde, Bahia e tem como objetivo mostrar questionamentos e sugestões contempladas na audiência pública do dia 17 de junho de 2009.

O empreendimento Ilha de Cajaíba, de propriedade da PROPERTY LOGIC BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, está localizado ao norte da Baía de Todos-os-Santos, na foz do rio Subaé, a 38 km de Salvador por via marítima e a 67 km por via terrestre, distando apenas 700 m do cais de atracação da cidade de São Francisco do Conde, no continente, (Secretaria de Planejamento Econômico, Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, 2009), conforme figura 14 abaixo:

Figura 14 – Mapa da Ilha de Cajaíba



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2009.

A gleba adquirida pela *Property Logic* Brasil está situada na região geográfica denominada Recôncavo Baiano, que tem como marco geográfico principal a Baía de Todos-os-Santos. Comumente chamada Ilha de Cajaíba, reúne de fato quatro pequenas ilhas unidas entre si, denominadas Cajaíba, Sergimirim, Pióca e Casqueiro, que agrupadas apresentam a forma de um S, e tem relevo de colinas alinhado como uma espinha dorsal, com elevação máxima de 58 metros em relação ao nível do mar.

O empreendimento tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico da Ilha de Cajaíba, conseqüentemente do município de São Francisco do Conde, tendo o turismo como sua principal atividade, uma vez que a região detém o privilégio de possuir cenários com aptidões para este fim, reunindo condições essenciais para o pleno desenvolvimento desta atividade.

O projeto, de grandes proporções, destina-se ao mercado europeu, norte e sul-americano, sendo os destinatários, turistas do segmento alto, para estadias médias (superiores a 5 dias), jogadores de golfe e clientes que procuram segundas residências. O projeto será implantado em quatro fases durante um prazo aproximado de 10 anos, que poderá ser ampliado, conforme as variações do mercado turístico e imobiliário baiano.

Com a área total da propriedade é de 419,84ha destinados à ocupação proposta pelo Plano Diretor. A área total passível de ocupação, extraídas as zonas de uso restrito e as áreas de APP, corresponde a 227,51ha. O índice de ocupação das unidades implantadas no projeto foi calculado com base na área total da ilha, foi estimado em 4,44%, ou seja, 18,63 ha com 4.250 unidades sendo 1.663 unidades residenciais, 2.494 unidades hoteleiras, O acesso será através de carros, ônibus, embarcações e helicópteros.

No projeto do Beach & Golf Resort – Ilha de Cajaíba, segundo o Jornal Correio da Bahia, (31/05/2009 acesso às 12h37min), o turismo de São Francisco do Conde será contemplado com um reforço de mais de 6,3 mil apartamentos, além de 604 vilas turísticas em 20 glebas. Incluindo campo de golfe, marina, campos esportivos, shopping e serviços, centro educacional, spa, heliponto, centro equestre, piscinas, campo de futebol, quadras de tênis, além de outros equipamentos voltados para os esportes náuticos.

Figura 15 -Engenho Cajaíba - 2009



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2009.

Segundo o relatório executado pela equipe de Especialistas em inspeção, auditoria e gestão ambiental da Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (Facceba), o empreendimento tem o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico de São Francisco do Conde e destina-se ao mercado europeu, norte e sul-americano. Possui muitas falhas que, apontadas na audiência pública de junho de 2009, até a presente data não foram respondidas a esta equipe e a ONG Vidas presidida pelas senhoras Joilma da Silva Menezes e Maria Noêmia de Souza (ONG Vidas, 2009).

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente (2009), problemas como a proliferação desmesurada de algas (ex. maré vermelha) com potencial produção de toxinas (como as hepatotoxinas), ocasionando a morte massiva de peixes e moluscos prejudicando o sustento de pescadores e moradores litorâneos.

Outro exemplo, a recarga da matéria orgânica na área costeira circunvizinha do centro urbano de São Francisco do Conde (orla), apresentando-se decomposição com a geração de maus odores e proliferação de vetores. Por tanto a determinação do ponto do emissário final deve-se acompanhar de um estudo hidráulico que garanta uma boa dispersão deste material aportado ao mar.

Faz-se necessário informar quais seriam as providências tomadas no caso de apresentar-se uma situação de alteração ecológica devido ao lançamento de efluentes além de se os efluentes provenientes das diferentes

áreas (doméstica, semi-industrial, sanitária, etc) receberão o mesmo tipo de tratamento ou terão tratamento diferenciados. Outros itens apontados foram quanto ao abastecimento de água, descarte dos resíduos sólidos, impactos ao meio ambiente, meio socioeconômico, quanto aos transportes e condição e qualidade de vida local. Sendo necessário observar quais são as disposições do Plano Diretor do Município de São Francisco do Conde com relação a esta ilha, de forma que não entre em conflito com projetos futuros a serem desenvolvidos em outras ilhas com empreendimentos semelhantes.

O PAC destaca a despoluição da Bahia de Todos-os-Santos, através de ações de saneamento, mas o complexo Eco resort planeja fazer lançamento de volumes elevados de efluentes, o qual é contraditório ao PAC.

O manguezal representa 50% da flora da ilha (mangue vermelho, amarelo e branco). 5.645 m³ de material lenhoso serão suprimidos do qual 3.794 m³ corresponde a Cabruca onde se apresenta uma vegetação de mata atlântica estabelecida que faça sombra às plantações de cacau. Neste caso deveria considerar-se a supressão preferivelmente em outras áreas que representam vegetação inicial.

No RIMA se relacionam que os estudos da fauna identificaram 9 ordens de artrópodes, 7 espécies de reptéis, 71 espécies de vertebrados terrestres, cachorros de mato, sagui e sariguê, mas não se contempla ações que permitam a sobrevivência destas espécies.

Ressalta-se que o objeto deste parecer apresenta comprometedor lacuna de dados e informações que apontam para a necessidade de se refazer avaliações e/ou incluir aspectos de base técnica que melhor embasem a avaliação das condições de segurança ao meio ambiente. Quaisquer empreendimentos que vierem a ser instalados na ilha de Cajaíba e proximidades podem apresentar problemas, principalmente aqueles relacionados às implicações ambientais.

Ressalta-se que as associações de pescadores e marisqueiras e sociedade quilombolas também estão se manifestando contra a execução deste projeto, porém se o Ministério Público não julgar os processos esta ilha será captada para o turismo internacional e não se sabe de fato o que acontecerá com a população de São Francisco do Conde e entorno, o que se vê é a Ilha vazia, foi toda desocupada tiraram todos os moradores desta, que apenas está a serviço das empresas que a adquiriu.

Anterior, a atual conjuntura política local em São Francisco do Conde, existia um caos político-administrativo no município onde na disputa pelo poder havia uma dança assíncrona entre prefeitos e seus vices. Evidenciando que a má gestão dos recursos públicos atreladas a impotência das entidades

comunitárias locais e falta de participação da população nas gestões acarretam desmandos nos cofres públicos.

Após um período de estagnação e turbulência que o município de São Francisco do Conde vivenciou com as últimas gestões municipais onde os administradores se restringiam a assinar documentos e esquecia-se de exercer seus mandatos com trabalho a serviço da comunidade.

O fato é que durante aproximadamente 20 anos os moradores da pequena São Francisco do Conde não viam tanto trabalho sendo empreendido pela prefeitura local. Na atual gestão, o município está se modificando, e recompondo de tantos desmandos políticos o desenvolvimento local é pauta básica na agenda atual do município com vistas a atingir o desenvolvimento econômico, como diretriz básica para o desenvolvimento do projeto urbano desta.

Assim surge na perspectiva local uma nova ótica, que é a do trabalho para o bem-estar das pessoas, dos cidadãos. A atual administração de São Francisco do Conde está pondo em prática os planejamentos feitos pelas consultorias contratadas para construir os planos nas gestões anteriores apenas para justificar recursos e transformando a cidade em um canteiro de obras. Obras de infraestrutura, em sua maioria, que visam dar uma melhor qualidade de vida à população local tanto atingida nos últimos anos por escândalos envolvendo o município.

Projetos com Inclusão de Idosos

Projetos com Inclusão de Idosos: MELHOR IDADE com turmas de idosos a partir de sessenta anos de idade, no Centro de Convivência do município, com programação nos dois turnos, onde se trabalha com alfabetização, trabalho com o samba resgatando suas origens, trabalhos artesanais e esportes.

Transferência de renda

Transferência de renda com o Programa de Acolhimento Social - PAS: Programa de complementação de renda (PAS), atende a 4.063 famílias beneficiando cerca de 15 mil pessoas, segundo Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2011) este ainda exige a frequência dos membros das famílias beneficiadas na escola regular, que acontece em parceria com as secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social e Saúde. Para a concessão

deste benefício, que está vinculado a outros projetos executados pelas secretarias municipais como o TOPA, é exigido que as famílias participem de atividades socioeducativas promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela coordenação do projeto. A finalidade do projeto é preparar o cidadão de São Francisco do Conde para, no futuro, conseguir se sustentar independentemente da ajuda financeira do Município.

Critérios estabelecidos são: ter filhos menores de 17 anos comprovadamente matriculados na escola, serem residentes no Município há, no mínimo, cinco anos e possuir uma renda mensal inferior a meio salário-mínimo por membro da família. Após inscrição do cidadão no programa, ele recebe a visita de um assistente social que confere toda a documentação necessária. Comprovada a situação de pobreza os cidadãos recebem um cartão de pagamento e passam a receber o benefício e serem monitorados pelo serviço social em conjunto com outras secretarias. Constata-se que este, de fato não ocorre, "estimulando o assistencialismo clientelismo" político trazendo impactos insignificantes para o município, além de desestimular os cidadãos a procurarem um emprego formal (PPDU, 2008 Diagnóstico Preliminar, p.06).

Instalação da Universidade Federal

Instalação da Universidade Federal – UNILAB- Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, criada em 2009 está sendo instalada no município prevista para iniciar suas atividades em 2012 objetivando formar cidadãos para desenvolver a integração entre o Brasil e os países de Língua Portuguesa, especialmente os africanos. O Campus será construído na comunidade da Baixa Fria na sede do município. Entretanto não se tem critérios estabelecidos para assimilar estes jovens que serão egressos desta nova demanda que pretende formar.

Programa Universitário Franciscano – UNIFAS

Programa Universitário Franciscano – UNIFAS: (em funcionamento desde 2004), para atender os estudantes universitários como bolsa auxílio, tem como objetivo conceder bolsas complementares para os estudantes carentes e residentes no Município. Projeto criado na gestão da prefeitura anterior com o nome Bolsa Universitária. O atual governo fez uma revisão do projeto dando uma repaginada, recadastrou todos os beneficiados que estiverem matriculados em cursos superiores ou de pós-graduação.

O UNIFAS é um incentivo financeiro para os cidadãos que possuem uma

renda insuficiente e desejam estudar e buscar uma melhor qualificação profissional concede atualmente 641 bolsas a estudantes do Município; como contrapartida o estudante deveria prestar serviços à comunidade e estágio de quatro horas semanais na área de estudo e ações socioeducativas desenvolvidas pela prefeitura, ressalta-se que esta não ocorre por falta de um controle efetivo da Prefeitura, que também oferece o transporte gratuito que leva os alunos para as faculdades em Salvador, Santo Amaro e Candeias. As bolsas de estudo, de valor máximo de R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta reais), os estudantes precisam ter frequência de 80% e para eles se manterem regularizados, não podem ultrapassar o limite de duas reprovações por semestre. Também devem encaminhar um relatório geral de suas atividades, por meio de um documento emitido pela Instituição de Ensino Superior que deve ser reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação.

Programa de habitação

No campo da habitação o programa SONHO MEU: Intitulado Sonho Meu este projeto faz parte do plano de habitação do município, feito com base no relatório socioeconômico da cidade (PDDU, 2006) que detectou os bairros (povoados) mais carentes de São Francisco do Conde, como Madrugá, São Bento das Lajes, Macaco, Caípe. O projeto resulta de uma ação emergencial em favor dos cidadãos afetados pelas fortes chuvas que afligiram a cidade e destruíram as casas de parte dos habitantes da região. Os loteamentos estão sendo construídos com recursos financeiros provenientes unicamente do município e com toda a infraestrutura necessária parque, pavimentação, água encanada e energia elétrica.

Foi construído o conjunto Mãe Carlita com 60 casas, o programa habitacional da prefeitura já entregou outras na localidade do Madrugá, Macaco e na Dorna com 125 casas. Está sendo construído o primeiro conjunto habitacional verticalizado no município na localidade do Gurugé constituído de casas e apartamentos.

No cenário local é perceptível a mudança de atitudes e ações neste município, assim sendo não se pode deixar de assinalar a importância dos serviços que estão sendo oferecidos à população local que ficou sem assistência desde os anos 80, com os governos passados, porém existe muito trabalho a ser feito em prol da qualidade de vida dos cidadãos franciscanos, principalmente aqueles que vivem nos povoados e distritos fora da Sede municipal.

Necessário que os novos gestores, bem como toda população pensem em ações que sirvam a coletividade sanfranciscana e os planejamentos para a cidade sejam elaborados com a participação dos munícipes e pensados por e para as pessoas que dele fazem parte, cabendo assim não só uma ação participativa e cidadã, mas também uma ação educativa firme que possa consternar todas as mazelas que esse assistencialismo velado seja enterrado e dê espaço para novos atores sociais que promovam mudanças duradouras e cidadãs.

Outras ações previstas pelos planejadores, estão sendo implementadas, no município como um todo, cabendo registro para que outros cidadãos tenham acesso e possam auxiliar os gestores públicos na difícil tarefa de trabalhar para o *bem estar* da população, como afirma Sen (2000), “Para combater os problemas que enfrentamos, temos que considerar a liberdade individual como um comprometimento social”...a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento (Sen, 2000, p.10)”. Como obter bem-estar sem liberdade para escolher aquilo que se quer ou pretende-se fazer? Pensemos nestes fatos para quem sabe inferir positivamente na realidade vivida e poder lançar o desafio de uma sociedade mais igualitária e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste artigo descrever o enigma da pobreza versus riqueza no território de São Francisco do Conde, onde as desigualdades aparecem de forma latente. Para tanto demonstrou-se a espacialização da pobreza local visando um melhor posicionamento frente as questões propostas.

O problema inicial desta pesquisa está no fato de verificar se o enigma da riqueza e da pobreza em São Francisco do Conde tem grande expressão no Recôncavo como em todo Brasil. Buscando responder a essa pergunta buscou-se percorrer uma linha do tempo visando compreender melhor as principais fases deste território, reconhecendo a agroindústria do açúcar como elemento determinante para modificação do território sanfranciscano, seguido pela indústria do petróleo, elemento que dinamizou o crescimento econômico e social da região a partir da construção da refinaria com toda sua complexidade.

As desigualdades regionais no Brasil são as maiores do mundo segundo organismos internacionais, o que se explica pelas desigualdades internas de cada estado. Esperamos ter demonstrado que não sendo um

município pobre São Francisco do Conde tem desigualdades em todo seu território apesar possuir em seu território a segunda refinaria de petróleo do país. Não sendo pobre é necessário que haja disponibilidade da população local para sair da comodidade e buscar mudanças que agregem melhorias para a qualidade de vida de sua população; sendo necessário também vontade política para diminuir as desigualdades existentes, visto que se tem no território local disponibilidade de recursos para combater a pobreza.

Buscou-se oferecer condições de compreensão sobre o contexto local em São Francisco do Conde e agregar conhecimento de estudiosos da área, acadêmicos e comunidade em geral, sobre esta cidade brasileira, tão mencionada pelos meios de comunicação nacional quando o tema é riqueza ou distribuição de renda riqueza tem prejudicado os munícipes residentes porque não fomenta novas ações, não desenvolve uma dinâmica sustentável de criação de novos postos de trabalho, de desenvolvimento do comércio local e muito menos criação de novos eixos de desenvolvimento como a vocação turística por exemplo, a população carece de uma educação de qualidade para vislumbrar com maior clareza perspectivas de uma vida melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. SIDRA. **Censo demográfico – 2010**. Disponível em: <[HTTP://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z)>. Acesso em 13/08/2011.

BAHIA, Assembleia Legislativa da Bahia. **Biografia Deputado Osmar Ramos**. Salvador. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=131>>

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. Salvador: Academia de Letras da Bahia; UFBA 1998.

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Camaçari: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Camaçari/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos**

Municípios – Valente. Acesso em 21/02/2011. Brasília. 2011 Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/Valente/>

BRASIL, Senado Federal. **Constituição Federal** – Imprensa Nacional, DF. 1988.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio do século XXI.** – 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: LCDA, 2000, p. 587.

GÕES, Antônio. **Miséria persiste em 30 das 200 cidades com PIB mais alto.** Jornal Folha de São Paulo. (p.A10). 31 de julho. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE. **Censo Demográfico 1950/2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<HTTP://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias-impressao>>. Acesso em 10 dez. 2010.

LUNA, Luzia. Caderno Especial Bahia em Números: **PIB municipal revelou maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008.** Jornal A Tarde/ Caderno Especial (p.4-5). 19 de dezembro. 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Brasília. 2000. Último acesso em 23/10/2011. Disponível em <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/release_desigualdade.pdf>

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.**-2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

RIOS, Dermival R. **Minidicionário escolar de língua portuguesa.** São Paulo: DCL, 2010, p.440.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1965.

SEI – **Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia,** 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/projetos/site/images/publicacoes/sumario/estatisticas_municipios/sumario_est_mun_2010_v13.pdf. Último acesso em 12/08/2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Nobel, 2000;

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho científico** - 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sylvio B. de M e COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SILVA, Sylvio B. de M e. SILVA, Barbara - Christine N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA 2/ed. 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **“Território” da divergência (e da concepção): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A.; SPOZITO, E. S. (Org.). *Território e territorialidades: teorias processos e conflitos*. São Paulo: UNESP, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **Planejamento e método**. Porto Alegre: *Bookman*, 2002, p.31.